



Senado aprova projeto que facilita expansão da banda larga

Jefferson Ruy/Agência Senado



Senadores durante a sessão em que o Plenário aprovou a Lei Geral das Antenas: texto afeta telefonia celular e banda larga

Lei Geral das Antenas, que vai para sanção, simplifica regras para instalação, acelera processos de autorização e prevê normas para partilha de torres entre empresas

Foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado o projeto da Lei Geral das Antenas. Ao simplificar regras e facilitar a instalação e o compartilhamento das torres de telecomunicações, as novas normas têm como objetivo permitir a expansão da rede de telefonia celular e de internet rápida pelo território nacional e

melhorar a qualidade desses serviços. Outro objetivo, de acordo com o senador Walter Pinheiro, que foi relator da proposta, é baratear os serviços de telecomunicações para a população. Segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros, a nova lei é de grande interesse para o Brasil. O texto aprovado agora vai para a sanção da presidente Dilma Rousseff. **3**

Marco da Biodiversidade avança três passos 8

Aborto voluntário será tema de debates 6

Audiências discutirão direitos trabalhistas 4

Votação sobre dívidas dos estados será na terça-feira

Urgência para a votação do projeto que troca indevidor de dívidas de estados e municípios com a União é aprovada em Plenário e senadores cobram vinda de ministro da Fazenda, Joaquim Levy, para tratar de ajuste fiscal. **5**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Ao lado do senador Davi Alcolumbre, Kassab explica que cortes em programas e ações do ministério serão menos duros

Ministro das Cidades diz que manterá investimentos

Em debate ontem, Gilberto Kassab afirmou que principais ações da pasta serão preservadas no ajuste fiscal do governo. Segundo ele, ministério tem R\$ 100 bilhões por ano para investir. **7**

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Resolução da Participação Popular nos Projetos de Lei do Senado



Secom — Criação e Marketing

Projetos de Lei do Senado Federal: Opinar é um ato de cidadania

O Senado Federal aprovou resolução que torna mais fácil a participação popular durante a tramitação de uma lei. Agora, qualquer pessoa pode entrar no portal e-Cidadania, ler na íntegra os projetos de lei e expressar sua concordância ou não em relação a eles. É o Senado Federal cada vez mais próximo e conectado com as necessidades da população.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei





Senadora Simone Tebet (à mesa, à esq.), ao lado da deputada Keiko Ota, propôs audiência sobre a Casa da Mulher Brasileira

Ministros falarão sobre violência contra mulheres

Comissão mista chamará ministros da Justiça e de Políticas para as Mulheres para que apresentem ações do governo aos senadores, especialmente as ligadas à segurança e à saúde das agredidas

A COMISSÃO PERMANENTE Mista de Combate à Violência contra a Mulher quer traçar um diagnóstico da situação das mulheres brasileiras, com especial foco na segurança e na saúde. Para tanto, foram aprovados ontem requerimentos para uma série de audiências públicas e debates. As datas ainda vão ser marcadas.

Dos ministros José Eduardo Cardozo (Justiça) e Eleonora Menicucci (Políticas para as Mulheres), a comissão espera elementos para fazer um balanço das ações governamentais para enfrentar a violência contra a mulher. Eles também deverão expor as dificuldades experimentadas para a implementação de medidas para coibir esse tipo de crime.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) propôs os convites. Ela explicou que esses são os dois ministérios mais envolvidos com o problema:

— A presença dos ministros

seria uma demonstração do envolvimento do governo em ações de combate à violência.

Ângela Portela (PT-RR) acrescentou que as duas audiências serão uma oportunidade para que deputados e senadores apresentem aos ministros sugestões de medidas para o enfrentamento das agressões contra as mulheres.

Ações na saúde

Outro convite aprovado foi ao ministro Arthur Chioro (Saúde), para que fale sobre as ações em benefício das mulheres vítimas de violência. Chioro deverá também esclarecer uma regra do ministério que estabelece prioridade para que os exames de mamografia bilateral custeados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) sejam feitos em mulheres de 50 a 69 anos. A deputada Clarissa Garotinho (PR-RJ) argumentou que, por falta de dinheiro, muitas mulheres não serão tratadas.

A comissão pretende participar das discussões do programa do governo que estabelece o atendimento integrado das vítimas de violência doméstica. Uma das medidas é que a agredida que for atendida em um hospital não passe por novo exame no Instituto Médico Legal (IML). Rose de Freitas (PMDB-ES) espera que a ministra Ideli Salvatti (Direitos Humanos) detalhe a proposta.

— Além dos ferimentos, além do atendimento médico, existe uma pessoa que muitas vezes não é tratada adequadamente. Ainda no calendário da comissão, uma audiência irá tratar da implantação das Casas da Mulher Brasileira em todo o país. A primeira foi inaugurada no começo do ano em Campo Grande. A presidente da comissão, Simone Tebet (PMDB-MS), lembrou as dificuldades enfrentadas para viabilizar a projeto. Ela era vice-governadora do estado.

Comissão Senado do Futuro aprova ciclos de palestras

Na primeira reunião do ano, a Comissão Senado do Futuro aprovou dois requerimentos de autoria de Wellington Fagundes (PR-MT) — presidente do colegiado — para instituir dois ciclos de palestras durante o mandato.

Um deles será sobre logística e transporte e outro sobre o pacto federativo. Ainda não há data marcada para as palestras e reuniões da comissão.

O senador foi eleito presidente do colegiado no biênio 2015–2016, mas ainda não foi

escolhido o vice-presidente da comissão por falta de indicação dos líderes.

Ele relatou que esteve em uma reunião ontem com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, em que discutiram a crise enfrentada pelo país. Segundo o senador, os temas de logística e transporte foram os mais tratados na reunião como os setores em que se deve investir para superar a crise. Ele disse ainda que o colegiado deve ajudar o Brasil a criar uma cultura de plane-

jamento para evitar entrar em crises como a atual.

A Comissão Senado do Futuro foi criada em 2013 com o objetivo de promover discussões sobre grandes temas e o futuro do país. Ao contrário das demais, ela não tem função deliberativa — ou seja, não vota proposições — e se reúne apenas em caráter extraordinário.

A comissão possui 11 membros e foi a última permanente a definir o presidente nesta legislatura.

Indicações para STM e CNJ têm relatório favorável

Indicações para o Superior Tribunal Militar (STM) e para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) receberam relatórios favoráveis ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

José Pimentel (PT-CE), escolhido vice-presidente da CCJ, manifestou-se a favor da mensa-

gem em que a presidente Dilma Rousseff submete ao Senado o nome do tenente-brigadeiro do ar Francisco Joseli Parente Camelo para ministro do STM em substituição ao também tenente-brigadeiro do ar José Américo dos Santos.

Romero Jucá (PMDB-RR)

leu relatório favorável a ofício em que o Tribunal Superior do Trabalho submete ao Senado o nome do ministro Lelio Bentes Corrêa para integrar o CNJ.

O presidente da CCJ, José Maranhão (PMDB-PB), concedeu vista coletiva das indicações, que serão votadas oportunamente.

Vanessa saúda os 93 anos do Partido Comunista do Brasil

Ao saudar os 93 anos do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), comemorados ontem, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) contou que, neste ano, o partido também completa 30 anos de legalidade. Ela ressaltou que, ao longo da trajetória, o PCdoB contribuiu para fazer do Brasil uma nação mais democrática. A senadora afirmou que o partido se orgulha de ter



Gerardo Magalhães/Agência Senado

contribuído na luta contra o regime militar, em que muitos dos militantes foram mortos.

— Dezenas ainda estão desaparecidos, sem que suas famílias tenham o direito básico de enterrá-los — lamentou.

Vanessa também ressaltou a participação do partido nas eleições do ex-presidente Lula e da presidente Dilma Rousseff.

Lídice defende porcentagem maior de cacau no chocolate

Ao lembrar o Dia Nacional do Cacau, comemorado hoje, Lídice da Mata (PSB-BA) defendeu a aprovação do projeto de autoria dela que exige um percentual mínimo de 35% de cacau puro nos chocolates vendidos no país, sejam produtos nacionais ou importados.

A senadora disse que, após um período de dificuldade



Jefferson Rudy/Agência Senado

por causa da praga de vassoura-de-bruxa, nos anos 90, a caucultura vem se recuperando.

— Podemos produzir um chocolate original, fino, gourmet e premium com alto teor de cacau e elevado valor agregado — explicou.

Lídice informou que a cadeia produtiva do chocolate movimenta R\$ 12 bilhões por ano.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

CORREÇÃO

Ao contrário do que consta no infográfico da pág. 3 de ontem, o PLC 4/2015 (que estabelece tempo mínimo de cinco anos para fusão de partidos) já foi sancionado.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Reforma política

11h30 Sessão extraordinária. Na pauta, a PEC que obriga renúncia de chefes do Executivo candidatos à reeleição.

PRESIDÊNCIA Judiciário

10h30 Recebe o advogado-geral da União e os presidentes do STJ, do TJ-SP e do Conselho da OAB. Às 11h, reunião da Mesa e, às 11h30, sessão plenária. Às 15h, lançamento, em São Paulo, da campanha Mais Mulheres na Política.

CRA Ministro da Pesca

8h A comissão faz audiência com o ministro da Pesca, Helder Barbalho, para apresentar as diretrizes da pasta.

CPI DO HSBC Primeira audiência

8h30 A CPI que investigará contas de brasileiros no HSBC da Suíça promove audiência com jornalistas que apuram o caso e com ex-secretário da Receita.

CDH Financiamento estudantil

9h A comissão faz audiência interativa para debater as novas regras do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

MP 668/2015 Importação

9h30 A comissão mista que analisará a MP 668/2015, que aumenta o PIS e a Cofins sobre importação, apresenta cronograma.

CRE Embaixadores

10h A Comissão de Relações Exteriores tem reunião deliberativa para apreciar a indicação de dois embaixadores.

PAUTA FEMININA Lei Maria da Penha

10h Conversa, no ILB, sobre a Lei Maria da Penha: formas de violência, medidas protetivas e aspectos práticos.

EXPOSIÇÃO Revistas raras

18h Abertura da exposição *Dom Quixote, revistas raras do Senado*, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Lei Geral das Antenas passa no Senado e vai para sanção

Proposta, que tramitava desde 2012, incentiva expansão e melhoria da qualidade dos serviços de banda larga e telefonia celular no país ao unificar regras para instalação e partilha de torres

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem a Lei Geral das Antenas, como é conhecido o substitutivo da Câmara ao PLS 293/2012, do ex-senador Vital do Rêgo. O projeto havia sido aprovado na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) em novembro e enviado ao Plenário em regime de urgência. Para virar lei, a proposta depende da sanção presidencial.

O texto unifica regras para instalação e compartilhamento de torres e acelera os processos de autorização para as empresas de telecomunicações. Para Walter Pinheiro (PT-BA), relator da matéria na CCT, a legislação é um avanço que vai permitir o compartilhamento de antenas com agilidade e eficiência, garantindo a expansão da telefonia celular e mais qualidade no atendimento aos usuários de serviços tecnológicos.

Pinheiro disse que o projeto é importante para a modernização do país. Ele informou que somente em Tóquio há



Antenas de telecomunicações em Brasília: regras agora dependem do Planalto

mais antenas que no Brasil inteiro. Na visão do senador, o Brasil vive a necessidade da expansão de infraestrutura para a ampliação de serviços como a banda larga e para a implantação de recursos tecnológicos em cirurgias médicas, por exemplo. O senador cobrou vontade política do governo para ações de inovação tecnológica no país.

— Este é o jogo: baratear o preço para levar serviço ao cidadão, onde quer que ele esteja — afirmou.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que a lei é de grande interesse para o país. Omar Aziz (PSD-AM) manifestou apoio ao projeto,

apontando que não se pode oferecer educação de qualidade sem tecnologia. Para Raimundo Lira (PMDB-PB), a nova legislação vai colaborar para a diminuição da burocracia no setor. Ronaldo Caiado (DEM-GO) afirmou que o projeto será um “grande avanço” em áreas como a saúde e a educação.

Na opinião de Blairo Maggi (PR-MT), a proposta vai colaborar com a melhoria da qualidade de vida do cidadão do interior. Ricardo Ferraço (PMDB-ES) disse que o projeto é “necessário e urgente”:

— Trata-se de um tema decisivo para o avanço da tecnologia em nosso país.

Saiba o que a proposta aprovada estabelece

A Lei Geral das Antenas reúne as várias regras existentes sobre instalação e compartilhamento de torres de telecomunicações e dá mais celeridade aos processos de autorização para as empresas. O texto não interfere nas antenas de uso restrito em plataformas de exploração de petróleo. Também não estarão sujeitas às novas normas os radares militares e civis com propósito de defesa ou controle de tráfego aéreo e as infraestruturas de radionavegação e de telecomunicações aeronáuticas. A exclusão dessas estruturas visa preservar o sigilo de informações estratégicas da exploração de petróleo em plataformas marítimas e garantir a segurança das operações de navegação aérea.

Licenciamento

Para simplificar a solicitação de licenças, a lei determina que a operadora deverá enviar requerimento a um único órgão administrativo em cada ente federado. O prazo máximo para decisão, de 60 dias, será contado simultaneamente nos casos em que houver exigência de deliberação de mais de um órgão. As consequências do decurso do prazo sem manifestação do poder público ainda serão regulamentadas.

Caso seja necessária consulta ou audiência pública, o prazo pode ser ampliado em 15 dias. As antenas de pequeno porte ficam dispensadas de licença. O licenciamento ambiental ficará a cargo do Conselho Nacional de Meio Ambiente. A instalação de infraestrutura de redes de pequeno porte em área urbana está dispensada das licenças, mas deve obedecer a regulamentação específica. As licenças serão de pelo menos dez anos, podendo ser renovadas.

Compartilhamento

O texto torna obrigatório o compartilhamento da capacidade excedente da infraestrutura de suporte, exceto quando houver motivo técnico. Novas antenas devem ser planejadas para permitir o compartilhamento pelo maior número possível de prestadoras.

O texto recomenda que os recursos provenientes do compartilhamento de infraestrutura sejam aplicados na ampliação e modernização dos serviços. Também impõe a exigência de criação de comissão consultiva formada por representantes da sociedade civil e das teles, em municípios com mais de 300 mil habitantes.

Uma sugestão acatada pelo relator foi a proposta que excluiu a obrigatoriedade do compartilhamento das antenas instaladas até maio de 2009, quando se editou a Lei da Radiação (Lei 11.934/2009), que obriga a partilha de torres que estiverem a menos de 500 metros de distância.

Radiação

O projeto determina que a instalação de antenas deve obedecer a limites de exposição definidos na legislação e em regulamentos específicos. O texto estabelece como competência federal a fiscalização do atendimento aos limites, mas órgãos estaduais e municipais terão a obrigação de informar ao órgão regulador federal quando houver indícios de irregularidade.

O texto prevê que as estações transmissoras serão avaliadas por entidade competente, que emitirá relatório a ser publicado na internet. As estações que estiverem de acordo com as exigências legais, diz o texto, “não poderão ter sua instalação impedida por razões relativas à exposição humana a radiação não ionizante”. A população deverá ser informada sobre os limites legais de exposição humana aos campos eletromagnéticos, em ações de esclarecimento promovidas pelas operadoras e pelo governo.

Projeto que regulamenta fusão de partidos sofre veto parcial

Um dos primeiros projetos da reforma política aprovados pelo Congresso foi vetado parcialmente pela presidente Dilma Rousseff: o que exige cinco anos de existência de partidos que queiram se fundir (PLC 4/2015). O objetivo é evitar a criação de legendas apenas para driblar a fidelidade partidária.

Dilma foi contra estender a partidos oriundos de fusão a permissão garantida às novas legendas, que podem receber detentor de mandato antes filiado a outro partido no prazo de 30 dias desde o registro,

sem que perca o mandato.

Em outro ponto vetado, a presidente argumenta que seriam equiparados dois mecanismos de formação de partidos, a criação e a fusão: “Tal distinção é um dos instrumentos garantidores da fidelidade partidária, fundamental ao sistema político-eleitoral”.

A proposta aprovada inclui nova regra para a criação de partidos. Fica mantida a exigência de apoio de pelo menos 0,5% dos votos na última eleição para a Câmara, mas agora esses apoiadores não podem ser filiados a partidos.

Pinheiro afirma que empresas não deveriam custear candidaturas

Walter Pinheiro (PT-BA) quer a colaboração dos demais senadores para elaborar uma proposta que defina um novo modelo de finan-



ciamento de campanhas

políticas.

O novo modelo, defende o

senador, deve banir o financiamento de empresas, permitindo apenas o de pessoas físicas. Isso, segundo Pinheiro, resgataria a essência da eleição, que é discutir programas com a participação da sociedade.

Brasil usa modelo “falido” de financiamento eleitoral, diz Fátima

Fátima Bezerra (PT-RN) defendeu o fim das doações de empresas para campanhas políticas:

— Já passou da hora de o Brasil mudar esse sistema falido de financiamento de campanhas eleitorais e partidos.



de doações de pessoas físicas, com fixação de limites para essas doações.

A senadora disse que, para o PT, a melhor maneira de garantir recursos para as campanhas é o financiamento misto, com dinheiro público

Lasier chama programa habitacional de “Minha Casa, Minha Fraude”

Lasier Martins (PDT-RS) defendeu uma “investigação profunda” em programas do governo que estão sob suspeita de irregularidades.

Ele se referiu ao Programa Mais Médicos, que teria como principal objetivo financiar



o governo de Cuba. Também citou o Fies, que tem se tornado um transtorno para estudantes que não conseguem se cadastrar. Por fim, tratou do Minha Casa, Minha Vida, que estaria se transformando no “Minha Casa, Minha Fraude”.

Para Cássio, Palácio do Planalto virou “trincheira de guerrilha”

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) citou o afastamento do ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Thomas



Traumann. Ele afirmou que a saída era inevitável e que o fato causa mais um trauma no

governo Dilma:

— O Palácio do Planalto se transformou em uma “trincheira de guerrilha” com a prática do ex-ministro Thomas Traumann.

Na semana passada, Cid Gomes deixou o Ministério da Educação.

Três audiências com as presenças de ministros e de representantes de centrais sindicais serão realizadas pela comissão mista que analisa mudanças no seguro-desemprego

Mudanças nos direitos trabalhistas terão debates

ENTIDADES SINDICAIS, COMO a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Força Sindical, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) serão convidadas pela comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 665/2014 para participar de audiência pública no dia 7 de abril. O requerimento com o convite foi aprovado ontem em reunião do colegiado.

A MP 665/2014, que faz parte do pacote de ajuste fiscal enviado pelo Executivo, dificulta o acesso ao seguro-desemprego, entre outras mudanças em direitos trabalhistas.

Também foi aprovado o requerimento para que professores e especialistas dos Departamentos Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e de Assessoria Parlamentar (Diap) sejam ouvidos no dia 8 de abril.

Já para 9 de abril está prevista uma audiência com a participação de ministros, em conjunto com a comissão mista que analisa a medida provisória (MP 664/2014) que altera direitos previdenciários, como a pensão por morte. Serão convidados os ministros do Planejamento, Nelson Bar-

bosa; da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas; do Trabalho, Manoel Dias; e da Secretaria-Geral da Presidência da República, Miguel Rosseto. A comissão da MP 664 também fará debates nos dias 7 e 8.

Segundo o relator, Paulo Rocha (PT-PA), a comissão pode promover outros debates e até pedir mais tempo para examinar a proposta.

— Temos de consolidar uma massa crítica aqui na comissão para entregar ao Plenário do Congresso uma proposta que vá ao encontro do ajuste fiscal da economia, mas sem retirar o direito dos trabalhadores.

José Pimentel (PT-CE), autor de um dos requerimentos, também defendeu a realização de audiências com todos os interessados e lembrou que a MP 665 recebeu até o momento 233 emendas.

— Precisamos avançar nas discussões — afirmou.

Seguro-desemprego

Representantes do governo e sindicalistas divergem quanto ao número de trabalhadores que seriam atingidos pela medida.

Se as regras da MP estivessem em vigor no ano passado, cerca de 2,2 milhões de trabalhadores (26%) não teriam



Segundo o relator, Paulo Rocha (E), ao lado do vice-presidente, Benedito de Lira, debates ocorrerão até esgotar o assunto

conseguido receber nenhuma parcela do seguro-desemprego, conforme Márcio Alves Borges, coordenador-geral do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e Identificação Profissional, do Ministério do Trabalho. A declaração foi feita na terça em audiência da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara.

Entidades sindicais alegam, que o percentual chega a 43%, com base em um estudo do Dieese divulgado em janeiro.

Segundo Borges, os mais atingidos são os jovens e aqueles que trabalham em setores de alta rotatividade, como o da construção civil.

Sindicalistas entregam a Renan documento contra MP

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, recebeu ontem documento contra as mudanças previstas nas Medidas Provisórias (MPs) 664 e 665, de 2014. O documento foi entregue por representantes de sindicatos filiados à Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB).

De acordo com o vice-presidente da entidade, Flávio Werneck, os mais de 600 mil trabalhadores por eles representados consideram as mudanças prejudiciais.

Ele comunicou ao presidente Renan que os trabalhadores também são contra o projeto que pretende alterar as alíquotas do imposto sobre a folha de pagamento.

— Acreditamos que a mudança vai gerar muito desemprego — observou Werneck.

Os sindicalistas também conversaram sobre segurança pública.

— É um debate importante e que devemos fomentar — afirmou Renan.

Regras para profissão de arqueólogo vão à Câmara

A regulamentação da profissão de arqueólogo foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O projeto (PLS 1/2014) torna o exercício da profissão privativo dos diplomados em bacharelado em arqueologia no país e no exterior (desde que o título tenha sido revalidado no Brasil) e dos pós-graduados em área de concentração em arqueologia e com pelo menos dois anos consecutivos de atividades científicas no campo profissional.

A proposta é terminativa na comissão (irá diretamente para a Câmara, a menos que haja requerimento para que também seja votada pelo Plenário).

De Vanessa Grazziotin



Edison Lobão, presidente da comissão, cumprimenta Waldemir Moka

(PCdoB-AM), o projeto estabelece que também poderão exercer a profissão os diplomados em outros cursos de nível superior que, na data da publicação da futura lei, contem com pelo menos cinco anos consecutivos — ou dez anos intercalados — de exercício de atividades científicas

no campo profissional da arqueologia; e os que tenham concluído curso de especialização na área e contem com pelo menos três anos consecutivos de atividades nesse campo profissional.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Marta Suplicy (PT-SP) comemoraram a aprovação.

Empresa pode ganhar benefício para treinar jovens

Na mesma sessão, a CAS aprovou uma proposta que estabelece que as empresas que contribuírem para o treinamento e a capacitação de jovens que vivem em abrigos ou casas de reabilitação serão beneficiadas com desconto de até 5% do Imposto de Renda devido (PLS 305/2012).

O projeto é de autoria do

ex-senador Gim. O relator foi Benedito de Lira (PP-AL).

A proposta agora vai para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão terminativa.

Outro projeto aprovado ontem foi o que inclui entre as atividades típicas de Estado aquelas desempenhadas pelos economistas, quando ocupan-

tes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual ou municipal (PLS 122/2014). O autor da proposta é Romero Jucá (PMDB-RR). A relatora foi Lúcia Vânia (PSDB-GO).

O projeto de lei agora segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde receberá decisão terminativa.

Ocupantes de terras indígenas podem ter direito a indenização

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 71/2011, que permite indenização a detentores de títulos de terras declaradas indígenas, expedidos até a data da promulgação da Constituição.

O relator, senador Luiz Henrique (PMDB-SC), ressaltou o viés pacificador da iniciativa.

— A PEC vem trazer justiça

e paz ao campo entre ocupantes de terras indígenas e indígenas, porque cria a possibilidade de indenização das benfeitoras e da terra ocupada de boa-fé por pessoas que [ali] se instalaram munidas de títulos de reforma agrária ou outros concedidos pelos governos estaduais ou federal — afirmou.

A proposta segue para o Plenário.

Projeto determina que obra da União apresente planos de sustentabilidade

Obras e serviços de engenharia financiados com recursos da União deverão ter planos de sustentabilidade social e econômica. A obrigatoriedade foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Pelo projeto (PLS 739/2011), a sustentabilidade econômica e social se refere não só à viabilidade da obra, mas também ao bom aproveitamento pela sociedade. Uma obra ou serviço só poderá ser considerado sustentável se também obtiver o licenciamento ambiental, quando for exigível.

Segundo o autor da proposta, Marcelo Crivella (PRB-RJ), o objetivo é evitar “elefantes brancos”, como, disse ele, a Cidade da Música, na cidade do Rio de Janeiro, que se mostrou economicamente inviável.

Em voto favorável, Benedito de Lira (PP-AL) apresentou emenda para que as obras de segurança nacional sejam dispensadas de demonstrar sustentabilidade.

O projeto ainda será examinado pelas Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá votação final.

Requerimento permite que análise sobre renegociação de débitos com a União ocorra na terça. Convalidação de incentivos fiscais também entra em regime de urgência

Aprovada urgência para dívida dos estados

O SENADO APROVOU ontem requerimento para a tramitação com urgência do projeto que obriga a União a colocar em prática o novo indexador das dívidas dos estados e municípios. Após a aprovação pelo Congresso, o novo indexador virou lei em 2014 (Lei Complementar 148/2014), mas não entrou em vigor por falta de regulamentação. Com a aprovação do pedido de urgência, o projeto deve ser votado na terça-feira.

O PLC 15/2015 complementar, do deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ), deixa claro que a renegociação das dívidas independe de regulamentação. Pelo texto, a União tem o prazo de 30 dias para assinar com os estados e municípios os aditivos contratuais. O prazo contará a partir da data da manifestação do devedor, protocolada no Ministério da Fazenda.

O texto, aprovado terça-feira pela Câmara, faz parte da pauta expressa acordada entre os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Eduardo Cunha, para dar agilidade à tramitação de alguns projetos.

Marta Suplicy (PT-SP) elogiou a decisão de Renan de colocar a proposta na pauta.

— Nada ocorreu, porque quando um projeto não é regulamentado ele não existe e isso fez com que estados e

municípios estejam estragados há anos — protestou.

O Plenário também aprovou o regime de urgência do PLS 130/2014, que promove a convalidação de incentivos fiscais concedidos por estados e empresas. Com isso, o projeto ganha prioridade para ser votado à frente de outros e não fica mais sujeito a prazos e interstícios, podendo ter conclusão mais rápida. A previsão, agora, é que a proposta já seja votada na semana que vem.

— Essa deliberação é uma decisão sábia e espero que o projeto venha a ser aprovado com a maior rapidez — celebrou Luiz Henrique (PMDB-SC), relator da matéria e autor do substitutivo que será votado pelos senadores.

Guerra fiscal

A convalidação vai regularizar benefícios fiscais oferecidos pelos estados para que empresas se instalassem em seus territórios. Muitos benefícios foram oferecidos em desacordo com as normas atuais, gerando o fenômeno conhecido como guerra fiscal.

— Esse debate começou lá atrás. Não convalidá-los coloca em risco todo um conjunto de incentivos fiscais que beneficiaram a desconcentração econômica do país — comentou Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Walter Pinheiro (PT-BA)



Senadores querem ouvir do ministro Joaquim Levy uma exposição detalhada sobre as medidas do ajuste fiscal do governo

lamentou a falta de diálogo do Executivo com o Congresso.

— Se o governo daqui até terça-feira não apresentar nada, aí paciência. O [ministro] Levy segue lá e a gente segue cá. Eu não gostaria desse cenário — resignou-se.

José Serra (PSDB-SP) acredita que a urgência é perigosa, pois aceleraria a análise do projeto sem a devida discussão.

— Esse projeto, do jeito que está, vai aumentar imensamente a confusão no país.

Serra foi rebatido por Lúcia Vânia (PSDB-GO), autora do projeto original, que lembrou que o texto já foi discutido amplamente pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Senado atende apelo de ministro, que vai explicar o “Plano Levy”

Antes da aprovação do regime de urgência para PLC 15/2015, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, pediu a senadores que não submetessem o projeto a votação na sessão de ontem.

Levy reuniu-se com Walter Pinheiro (PT-BA), Delcídio do Amaral (PT-MS), Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) e Marta Suplicy (PT-SP). Os senadores levaram a demanda ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que aceitou o acordo para que a votação seja na próxima semana.

— O ministro fez um apelo para voltar com propostas e acatamos. Voltamos para cá em janeiro com duas MPs editadas, chamadas de ajuste fiscal. Se é só isso, achamos que não basta. Precisamos entender qual é o início, o meio e o fim do ajuste — cobrou Pinheiro.

Renan manteve na sessão de ontem apenas a votação do requerimento de urgência para a tramitação do projeto, que foi aprovada. A mesma

decisão foi tomada para a proposta que convalida os incentivos fiscais concedidos por estados a empresas.

No entanto, o ministro terá de vir ao Congresso, no início da semana, para expor em detalhes o que pretende com o ajuste fiscal.

O presidente do Senado entende que o ministro deve construir o ajuste e as políticas econômicas em conjunto com o Legislativo.

— O ajuste do governo não pode se encerrar em si mesmo. Se não atinge uma meta com uma medida do ajuste, o ministro Levy tem que apresentar medidas alternativas. É isso que precisa se convencer no Congresso. Isso não tem sido a prática do governo — disse Renan.

O ministro comparecerá à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na terça-feira. — Nós aguardamos que ele traga a apresentação do “Plano Levy” sobre a crise e o ajuste — resumiu o líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE).

Estados e municípios não podem ser prejudicados, diz Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que o Congresso vai cumprir o seu papel no ajuste fiscal e na renegociação das dívidas dos estados e municípios com a União.

Ele confirmou para a terça-feira a votação do Projeto de Lei Complementar 37/2015, que permite a renegociação das dívidas independentemente de regulamentação. Se a medida for vetada, disse, o Congresso dará a palavra final.

— O que não pode são estados falidos continuarem a pagar o IGP-DI [Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna] mais 6% a

9% de juros ao ano para que a União não perca essa receita de R\$ 3 bilhões. Na medida em que você ajusta a conta do governo federal, você desajusta completamente os estados e municípios — protestou.

O projeto dá 30 dias para a União assinar com estados e municípios aditivos contratuais com novos índices para o pagamento das dívidas.

— No Senado temos mais de 800 contratos. Fizemos uma revisão em todos e gastamos em 2014 menos 10% do que em 2013. Ajuste fiscal é isso e o governo tem que fazer.

Paim cobra do governo cumprimento de promessa sobre novo indexador

Paulo Paim (PT-RS) declarou apoio à revisão do indexador das dívidas dos estados e cobrou do governo o cumprimento da promessa de efetivar o que já foi aprovado. Segundo ele, no Rio Grande do Sul as novas regras resultarão em economia de R\$ 15 bilhões. Na avaliação do senador, a edição do decreto legislativo sobre a matéria é uma decisão correta que deriva de uma situação absurda.

— Chegamos ao absurdo de o Congresso ter que fazer um decreto dizendo que se cumpra o que foi aprovado e publicado — disse.

Paim também criticou as medidas provisórias que restringem o acesso a benefícios previdenciários. Ele frisou que, do jeito que estão, as MPs não podem passar, mas considerou possível um acordo para o ajuste da economia não prejudicar o “andar de baixo”.



Moreira Matiz/Agência Senado

Cássio Cunha Lima diz que presidente mentiu a governadores e prefeitos

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) disse que o governo descumpriu acordo feito no ano passado com o Legislativo para a renegociação da dívida dos estados e municípios. Proposta nesse sentido foi aprovada pela Câmara, mas a presidente Dilma Rousseff disse que não há espaço para a mudança do indexador.

Segundo o senador, a atitude da presidente tem o repúdio e a reprovação do povo. Ele lembrou que a renegociação, em debate no Congresso há mais de sete anos, vinha sendo acertada com o Executivo.

— É extremamente constrangedor ter que dizer que, novamente, a presidente da República mentiu ao país. Mentiu desta feita a governadores de estado, a prefeitos, porque foi o governo dela que, no ano passado, disse ao Senado: “Vamos aguardar passar o período da eleição. Passada a eleição, votaremos a medida e, a partir daí, vamos regulamentar” — disse o parlamentar.

Ana Amélia defende votação rápida de tema que Dilma não regulamentou

Ana Amélia (PP-RS) saudou declaração do presidente do Senado, Renan Calheiros, de que o Congresso votará o mais rapidamente possível o projeto que permite a renegociação da dívida dos estados e municípios com a União, sem necessidade de regulamentar a lei que trata da renegociação.

A senadora lembrou que o Rio Grande do Sul compromete mais de 13% da receita líquida com os juros da dívida. Ela também comentou declaração da presidente Dilma Rousseff de que não há espaço para a renegociação neste momento de ajuste fiscal.

— E qual é o espaço de ação do Executivo para cortar as suas dívidas e os seus gastos? Qual foi o espaço que o governo usou para reduzir as suas dívidas e não impor à sociedade, a estados e municípios, aos trabalhadores e à sociedade mais um sacrifício?



Moreira Matiz/Agência Senado



Magno Malta, relator da sugestão popular que trata da regulamentação do aborto, diz que todos os lados serão ouvidos

Senadores farão debates sobre aborto voluntário

Senado recebeu sugestão popular sobre o tema e CDH decidirá se ela será transformada em projeto de lei. Para Magno Malta, relator, “abortistas” querem aprovar a todo custo a interrupção da gravidez

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) fará uma série de audiências públicas para debater proposta de regulamentação da interrupção voluntária da gravidez, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), dentro das 12 primeiras semanas de gestação. Foram aprovados ontem dois requerimentos extrapauta com esse objetivo.

O tema entrou em exame na comissão em razão de uma sugestão popular encaminhada ao Senado por meio do Portal e-Cidadania, com 20 mil apoios (SUG 15/2014). A proposta depende de aprovação no colegiado para ser convertida em projeto de lei.

Paulo Paim (PT-RS), que preside a CDH, assina um dos pedidos de audiência. O segundo é de Magno Malta (PR-ES), o relator da sugestão popular. Ele foi designado para a função na semana passada, depois da desistência de Marta Suplicy (PT-SP), inicialmente designada por Paim.

Malta defendeu a realização de no mínimo três audiências e no máximo cinco. Para o senador, é importante ouvir representantes de diversos segmentos da sociedade, inclusive entidades religiosas e as comunidades acadêmica e científica. Na próxima semana, serão apresentadas indicações de participantes. Malta chegou

a se prontificar para identificar entidades “abortistas” para serem ouvidas.

— O debate servirá para três coisas: esclarecer, convencer ou ser convencido — disse o senador, que já mantém posição pública contra o aborto.

Ainda de acordo com Malta, é importante esclarecer o que o aborto causa na mulher que o pratica. Por isso, afirma, deve-se ouvir pessoas que têm esse conhecimento e “que nunca foram ouvidas”. Depois, disse que o “grande problema dos abortistas” é não querer esse debate, mas simplesmente aprovar a regu-

lamentação do aborto.

O senador lembrou que havia sido indagado por um jornalista sobre o motivo de conseguir a relatoria da matéria, no lugar de Marta. Segundo ele, isso aconteceu porque é “tão senador quanto ela”.

Paim aproveitou para esclarecer que, após Marta devolver a relatoria, Malta imediatamente se prontificou. O presidente da CDH justificou que sempre procura atender os colegas, pela ordem de manifestação.

— Meu critério não é ideológico. Todos são senadores, somos iguais — afirmou Paim.

Tema inquieta Anistia Internacional

A Comissão de Direitos Humanos também aprovou a realização de uma audiência sobre o recente relatório em que a Anistia Internacional revela preocupação com a questão do aborto no Brasil, a violência policial e a impunidade.

O debate, ainda sem data, foi proposto por Regina Souza (PT-PI).

Outra audiência aprovada foi sugerida por João Capiberibe (PSB-AP) e tem por objetivo lembrar o golpe civil e militar de 1964.

O debate será na próxima

terça-feira, em 31 de março, aniversário do golpe.

Ainda sem data marcada, mais três audiências foram pedidas por Paulo Paim (PT-RS) e devem tratar dos seguintes temas: redução da maioria penal, Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a eleição e mandatos de entidade de defesa e proteção da pessoa idosa (PLS 262/2014). Uma última debaterá resultados de pesquisa do Ipea sobre a efetividade da Lei Maria da Penha, por solicitação de Ângela Portela (PT-RR).

CPI do HSBC ouve especialista em tributação e jornalistas hoje

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do HSBC começa hoje a ouvir especialistas que poderão detalhar possíveis esquemas de evasão de divisas e sonegação fiscal de correntistas brasileiros do banco na Suíça.

Os três primeiros serão os jornalistas Fernando Rodrigues (do portal UOL) e Chico Otávio (do jornal *O Globo*) e o ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel. Os dois jornalistas tiveram acesso aos dados sobre contas suspeitas em agência suíça do banco, vazados por um ex-funcionário do HSBC. Maciel é especialista em tributação.

A CPI investiga os desdobramentos no Brasil do escândalo que ficou conhecido como swissleaks. A denúncia envolve depósitos de mais de US\$ 100 bilhões no HSBC na Suíça mantidos por cerca de 106 mil clientes em 2006 e 2007. Há indícios de que 8.667 correntistas brasileiros depositaram cerca de R\$ 21 bilhões em 6.606 contas.

Alguns dos clientes estariam envolvidos em denúncias de corrupção no Brasil, como a Operação Lava-Jato e a Máfia

do INSS. Outros correntistas, porém, comprovam a licitude das operações, declaradas à Receita Federal.

A audiência será iniciada após reunião, às 8h30, em que os senadores definirão o plano de trabalho do colegiado. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), vice-presidente da CPI, fará pressão para que seja chamado o presidente do HSBC no Brasil, André Brandão. Para o senador, o banco deve explicar se havia uma ação de consultoria aos correntistas, reservadamente, para que adotassem medidas com o objetivo de evitar pagamento de impostos em seus países de origem, priorizando a abertura de contas em paraísos fiscais.

Em outro requerimento, Randolfe pede que sejam ouvidos pela CPI o ex-empregado do banco que vazou os dados, Hervé Falciani, autoridades francesas que investigam o escândalo e representantes do jornal francês *Le Monde*, o mais atuante veículo de imprensa na apuração do caso, ao lado do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos.

Adiada votação de medida sobre servidor de ex-territórios

A votação do relatório final da comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 660/2014 foi adiada para terça-feira. O adiamento ocorreu devido a pedido de vista de deputados federais. O relatório do deputado Silas Câmara (PSD-AM), apresentado ontem, acolheu 37 das 68 emendas apresentadas.

A MP 660 regulamenta a Emenda Constitucional 79, promulgada no ano passado para garantir a servidores dos ex-territórios do Amapá e de Roraima o direito de optarem pela permanência nos quadros de pessoal da União. A MP estabelece as regras para salários, vencimentos, soldos e demais vantagens.

Os servidores reintegrados farão parte do quadro em extinção da administração

federal (cargos que são automaticamente extintos após ficarem vagos). Eles continuarão prestando serviço aos estados ou municípios, cedidos, até que sejam aproveitados na administração federal.

O mesmo benefício já havia sido concedido em 2009 aos servidores de Rondônia, que também era território federal que virou estado. A MP aplica aos servidores dos ex-territórios do Amapá e de Roraima os dispositivos da Lei 12.800/2013, que regulamentou a reintegração dos servidores de Rondônia.

A comissão mista é presidida pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO). O vice-presidente é o deputado Manoel Junior (PMDB-PB) e o relator-revisor é o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto,
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Rodrigo Chia
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Ações da pasta sofrerão cortes menos duros no ajuste fiscal do governo, garantiu o ministro, que ontem participou de audiência no Senado

Ministério das Cidades tem R\$ 100 bi por ano para investir, afirma Kassab

O MINISTRO DAS Cidades, Gilberto Kassab, disse ontem no Senado que as políticas geridas pela pasta sofrerão cortes menos duros no ajuste fiscal do governo. Ele participou de audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Kassab informou que a pasta possui este ano cerca de R\$ 30 bilhões para investimentos, mas que os programas da área, incluindo o Minha Casa, Minha Vida, recebem aportes mais significativos de fundos de pensão e do setor privado.

— Nos últimos oito anos, os investimentos estiveram na ordem de R\$ 100 bilhões por ano e é com esse cenário que trabalhamos. Nossas políticas são todas de longo prazo, sendo assim podemos atingir R\$ 800 bilhões também nos próximos oito anos.

Para Kassab, o Minha Casa, Minha Vida é um caso de sucesso, recebendo atenção de pesquisadores e gestores de diversas partes do mundo. Segundo ele, o objetivo do programa é chegar a 25 milhões de brasileiros — equivalente a um oitavo da população do país.

— A presidenta Dilma reiterou em reuniões ministeriais que o Minha Casa, Minha Vida, o PAC Mobilidade e as políticas de saneamento básico continuam sendo prioritárias.

Apesar de bem avaliado também entre os senadores, o Minha Casa, Minha Vida foi questionado pelos par-



Kassab fala durante a audiência, ao lado dos senadores João Alberto Souza (E) e Davi Alcolumbre, que preside a comissão

lamentares, que cobraram melhorias. Elmano Férrer (PTB-PI), por exemplo, avaliou que o projeto cada vez mais é guiado por uma lógica de “apartheid social”.

— Historicamente, os programas habitacionais baseiam-se em afastar os pobres para longe do centro das cidades. Existe algum estudo no ministério pra evitar isso?

Kassab garantiu que essa é uma preocupação também do ministério, uma vez que as áreas disponíveis em centros urbanos estão “quase esgotadas”.

João Alberto Souza (PMDB-MA) lamentou a ausência de infraestrutura em diversos conjuntos habitacionais:

— Tenho visitado vários, tem ruas afundando e sem coleta de esgoto.

O senador estranhou o fato de estarem ocorrendo atrasos no pagamento às construtoras, o que seria uma das causas

para o déficit na infraestrutura. Segundo Kassab, o governo trabalha para atrair investimentos nesse setor em áreas atendidas pelo programa.

Cobranças

Otto Alencar (PSD-BA) cobrou do governo uma gestão mais moderna dos recursos hídricos, estabelecendo parcerias com as empresas estaduais do setor.

O senador lembrou que em São Paulo, um dos estados mais afetados pela crise, o desperdício de água tratada chega a 37% e que há regiões em que esse índice ultrapassa 70%.

Kassab garantiu que já estuda com a equipe do ministério a adoção de critérios mais rígidos e a cobrança por uma boa gestão nos convênios.

Por sua vez, Antonio Anastasia (PSDB-MG) pediu a retomada dos investimentos no metrô de Belo Horizonte,

que é gerido pelo governo federal e não tem expansão desde 2002. Ficou acertada uma reunião da assessoria do ministério com o senador para tratar do tema.

Omar Aziz (PSD-AM) cobrou mais ação do governo em relação ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos. O senador lembrou que a maioria das prefeituras não possui recursos para fazer frente às responsabilidades abertas pelo plano.

O ministro pediu a Aziz que acerte com a Presidência do Senado uma rotina, de modo a realizar reuniões mensais com os parlamentares.

— Quero despachar todos os meses aqui no Senado, com senadores da base e da oposição — afirmou.

Helio José (PSD-DF) convidou o ministro a participar do lançamento da Frente Parlamentar da Indústria, no dia 1º de abril.

Congresso deve debater saídas para crise, defende Rose

Em Plenário, Rose de Freitas (PMDB-ES) questionou o governo federal sobre que estratégia pretende adotar para tirar o Brasil da crise. A senadora afirmou que as pessoas que se manifestam nas ruas têm razão para isso, pois, além da falta de dinheiro para setores básicos, a inflação está corroendo os salários.

Ela disse que, para tentar conter a crise, o governo quer aprovar um ajuste fiscal que vai recair sobre a população, e essas questões precisam ser discutidas com o Congresso:

— Vamos debater a crise nacional. Essa Casa, de maneira nenhuma, se nega a enfrentar essa crise junto com o governo brasileiro, a procurar a saída junto com o governo.



Moreira Mariz/Agência Senado

Amorim aponta desperdício de água em Sergipe

Eduardo Amorim (PSC-SE) denunciou a má gestão da Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso), responsável pela captação, tratamento e distribuição de água e pelo serviço de tratamento e coleta do esgoto no estado.

Segundo ele, a “administração equivocada” ocasiona o desperdício de água e dinheiro e traz prejuízos para os bolsos dos consumidores e os cofres do estado, além de causar transtornos para os sergipanos.

O prejuízo da empresa saltou de R\$ 12 milhões em 2007 para R\$ 256 milhões em 2014. Ele disse não entender o motivo do desequilíbrio, se a companhia cobra pelos serviços e recebe dinheiro do estado e da União.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ângela pede conclusão de linha de energia em RR

Ângela Portela (PT-RR) disse esperar que a força-tarefa dos Ministérios de Minas e Energia e da Justiça defina logo um acordo que permita a retomada das obras da linha de transmissão conhecida como Linhão de Tucuruí, que levará energia até Boa Vista.

A obra foi paralisada porque não houve consulta à reserva indígena Waimiri-Atroari, por onde passaria a linha.

Enquanto isso, lamentou a senadora, Roraima continua dependendo da energia fornecida pela Venezuela e por três termelétricas que geram energia cara e poluem o ambiente.

Ela estima que, quando a energia de Tucuruí chegar a Roraima, serão economizados R\$ 2 bilhões ao ano.



Genaldino Magalhães/Agência Senado

Gurgacz aponta dificuldades na renovação do Fies

Acir Gurgacz (PDT-RO) chamou a atenção para a dificuldade dos estudantes em renovar o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e acessar o programa pela primeira vez.

Ele lembrou que as aulas já começaram, mas muitos alunos seguem sem efetivar a matrícula em universidades privadas porque os pedidos de crédito não são analisados.

— O dinheiro que está sendo destinado para o Fies retornará com juros, mesmo que subsidiados, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, dinheiro esse que é do povo, pois foi recolhido a partir de contribuições sociais e de parte da renda das loterias federais — frisou o senador.



Moreira Mariz/Agência Senado

Medeiros propõe amamentação em concurso público

José Medeiros (PPS-MT) apresentou projeto de lei para garantir às mães de recém-nascidos o direito de amamentá-los durante concursos públicos federais.

Pela proposta, a cada duas horas durante as provas, as mães de bebês de até seis meses terão direito a até 30 minutos para amamentar o filho e esse tempo será compensado ao final para garantir isonomia em relação aos demais concorrentes.

— Disputar um cargo público em concurso é um processo árduo. Para a mulher em período de lactação, pode ser mais difícil, se for obrigada a separar-se do filho pelas horas necessárias para fazer as provas — destacou o senador.



Moreira Mariz/Agência Senado

Projeto ainda será analisado na Comissão de Constituição e Justiça antes de seguir ao Plenário, onde deve ser examinado até 10 de abril para não trancar a pauta de votações

Marco da Biodiversidade passa em 3 comissões

O PROJETO QUE institui o novo Marco Legal da Biodiversidade foi aprovado ontem em mais três comissões do Senado: a de Meio Ambiente (CMA), a de Assuntos Econômicos (CAE) e a de Ciência e Tecnologia (CCT).

A CMA acolheu o relatório do senador Jorge Viana (PT-AC) sobre a proposta (PLC 2/2015). O parecer incorpora emendas que modificam 15 aspectos do projeto (*veja quadro*).

A aprovação na CMA resultou de entendimento promovido pelo relator, que ouviu as demandas da indústria, do agronegócio, das instituições de pesquisa, dos agricultores familiares, dos povos indígenas e dos quilombolas.

A nova lei vai facilitar a pesquisa com o patrimônio genético do país, estimular a fabricação de produtos e ampliar a compensação às comunidades tradicionais, que detêm o conhecimento sobre plantas e animais nativos.

— Estamos diante de uma grande oportunidade para aperfeiçoarmos este projeto de lei — afirmou Jorge Viana, ao destacar a importância do uso sustentável da biodiversidade.

O relator acatou diversas emendas para ampliar a proteção aos provedores de conhecimento tradicional, a maioria delas reunidas no texto do relatório, aprovado na CMA. Restaram sete aspectos divergentes, que foram destacados pelos senadores Ronaldo Caiado (DEM-GO), Reguffe (PDT-DF) e João Capiberibe (PSB-AP) e votados separadamente. Todos os destaques foram rejeitados.

Já o relatório do senador Douglas Cintra (PTB-PE) aprovado na CAE apresenta oito emendas ao texto. Cintra acolheu sugestões que propõem destinar a repartição de benefícios na modalidade não monetária para unidades de conservação, terras indígenas, territórios quilombolas e áreas prioritárias para a conservação de biodiversidade.

Pareceres incluem emendas semelhantes, diz Telmário

Relator do PLC 2/2015 na CCT, o senador Telmário Mota (PDT-RR) disse que incorporou ao parecer emendas também acolhidas pelo relator na CMA, senador Jorge Viana.

Antes da aprovação do relatório, o senador Ronaldo Caiado pediu o adiamento da votação, visando a um acordo com as outras comissões sobre pontos polêmicos. Entre eles, citou a substituição do termo população indígena, utilizado no projeto original, por povos indígenas, acatado no relatório de Telmário.

O senador Lasier Martins (PDT-RS), que presidia a reunião, informou sobre a impossibilidade de adiar a votação, por conta da tramitação em regime de urgência.

— Temos percebido um sentimento de insatisfação com esse projeto, uma inquietude, mas a premência

do tempo está nos conduzindo a concluir por um projeto que vai deixar a desejar e sofrerá críticas ao longo do tempo — afirmou Lasier.

Caiado considera ruim que o projeto chegue ao Plenário com pareceres divergentes aprovados nas comissões.

Já Telmário Mota afirmou que não há divergência entre os relatores e que a argumentação de Caiado foi uma tentativa de atender interesses do setor empresarial.

— São as forças produtivas tentando manter um projeto que prejudica aqueles que são detentores do conhecimento, que são as comunidades tradicionais, as comunidades indígenas. O projeto original não é bom para o Brasil, não é bom para nossa biodiversidade, não é bom para nosso patrimônio e não é bom para os detentores do conhecimento tradicional — disse Telmário.



Relator na CMA, Viana argumenta em favor do parecer que ele elaborou depois de ouvir as demandas de diversos setores

Também aceitou emenda que exclui a possibilidade de empresa estrangeira sem associação com instituição nacional acessar o patrimônio genético ou receber amostra desse patrimônio genético.

Cintra apresentou emenda para que as infrações que envolverem o patrimônio genético de conhecimento tradicional associado às atividades agrícolas sejam fiscalizadas de forma articulada pelo Ibama e pelo Ministério da Agricultura.

Para ele, uma das maiores inovações do projeto é a que trata da repartição de benefícios e que busca solucionar entraves e lacunas da atual legislação.

— Consideramos que o PLC 2/2015 constitui passo necessário e estratégico para o efetivo desenvolvimento nacional e equilibra harmonicamente o processo científico, a segurança nacional, a proteção ambiental e a justa e equitativa repartição de benefícios — avaliou o parlamentar.

A proposta já havia passado pela Comissão de Agricultura (CRA) e ainda será analisada pela de Constituição e Justiça (CCJ). Como o texto tramita em regime de urgência, precisará ser votado até 10 de abril pelo Plenário. Caso contrário, passará a trancar a pauta de votações. Se forem mantidas em Plenário emendas de mérito, o texto voltará à Câmara. Se for acatado sem modificações ou apenas com emendas de redação, seguirá para sanção presidencial.

Emendas acatadas na CMA

- Caberá ao Executivo, por decreto, definir a lista de classificação de repartição de benefícios, com base na Nomenclatura Comum do Mercosul. Dessa forma, sai da nova lei a previsão de lista positiva (produtos passíveis de repartição) ou negativa (produtos isentos da partilha).
- Em caso de acesso a conhecimento tradicional associado de origem não identificável, os órgãos de defesa dos direitos de populações indígenas e de comunidades tradicionais deverão ser ouvidos para definição de acordo setorial. O texto original previa que esses órgãos poderiam ser consultados.
- Nas infrações que envolverem acesso a patrimônio genético ou a conhecimento tradicional associado em atividades agrícolas, a competência de fiscalização será feita de forma articulada pelo Ministério da Agricultura e pelo Ibama.
- A repartição de benefícios prevista em acordo internacional não se aplica à exploração econômica de material reprodutivo para fins de atividade agrícola de espécie introduzida no país pela ação humana até a entrada em vigor da lei, ressalvada a obrigação prevista no Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura.
- O conceito de agricultor tradicional incluirá o agricultor familiar.
- O termo "população indígena", utilizado no projeto, será substituído por "povos indígenas", para resguardar o sentido de identidade cultural, identidade étnica e o direito dos indígenas perante as leis brasileiras e os acordos internacionais.
- Será obrigatória a repartição de benefício sempre que um produto resultar de uso de conhecimento tradicional associado, mesmo que o componente desse conhecimento não esteja entre os principais elementos de agregação de valor ao produto. O texto da Câmara limitava a obrigatoriedade a casos em que o componente fosse um dos principais elementos de agregação de valor.
- Será excluída do projeto a vinculação da definição de sementes crioulas à Lei de Proteção de Cultivares (Lei 9.456/1997) e ao Sistema Nacional de Sementes e Mudas (Lei 10.711/2003).
- Será excluído dispositivo que permite a empresa estrangeira sem associação com instituição nacional acessar o patrimônio genético ou receber amostra.
- Povos indígenas e comunidades tradicionais também ficarão isentos da obrigação de repartição de benefícios, conforme já previsto no projeto para microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais, agricultores tradicionais e suas cooperativas.
- Será limitada a isenção da obrigação de repartição de benefícios à exploração econômica realizada antes de 29 de junho de 2000, data da edição da primeira medida provisória sobre o tema. O texto da Câmara isenta de repartição de benefício produto resultado de acesso ao patrimônio genético antes de 29 de junho de 2000, mesmo que explorado após essa data.
- O Executivo fará por decreto a escolha da forma de repartição de benefícios na modalidade não monetária, e não por ato de ministérios, como previsto no projeto. A repartição não monetária inclui, entre outras, transferência de tecnologia e apoio à proteção da biodiversidade.
- Será destinada a unidades de conservação, terras indígenas, territórios quilombolas e áreas prioritárias para conservação de biodiversidade a repartição de benefícios não monetários. O projeto deixa a cargo do fabricante do produto a indicação do beneficiário da repartição.

Comissão de Mudanças Climáticas elege presidente e relator

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) elegeu ontem o senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) como presidente e o deputado Sarney Filho (PV-MA) como vice-presidente. O deputado Sérgio Souza (PMDB-PR) será o relator da comissão.

Parlamentares presentes na reunião afirmaram que o ano de 2015 exigirá muito da comissão, já que o país passa

por uma crise hídrica e energética nas principais metrópoles. Além disso, será realizada, em Paris, a conferência de 2015 sobre o clima (COP-21).

Fernando Bezerra Coelho ressaltou a importância de o colegiado se debruçar sobre um plano de trabalho a ser apresentado pelo relator na quarta-feira, a fim de preparar o Brasil para a COP-21 e fazer um diagnóstico dos motivos que levaram o país a vivenciar

essas crises.

— Que a gente pudesse movimentar a comissão não só convidando autoridades e especialistas ligados ao setor hídrico, mas que fizéssemos um diagnóstico mais aprofundado do tema — disse o senador.

O presidente da comissão ainda sugeriu que fossem incluídas no cronograma visitas às diversas regiões do país que sofrem com a crise hídrica. A

ideia foi compartilhada pelo restante dos parlamentares.

A CMMC foi criada pela Resolução 4/2008 do Congresso Nacional e não tem caráter deliberativo. O objetivo da comissão é acompanhar as ações do governo para combater impactos ambientais e socioeconômicos, como as metas para a redução da emissão de gases de efeito estufa e dos índices de desmatamento da Amazônia.